

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

A INVESTIGAÇÃO DO PASSADO PRÉ-HISTÓRICO. SUAS TENDÊNCIAS NO ESPAÇO E NO TEMPO.

WAHLE, Ernest

Ano: 1951 | Número: 61

Como citar este documento:

WAHLE, Ernest, A Investigação do passado pré-histórico. Suas tendências no espaço e no tempo. *Revista de Guimarães*, 61 (1-2) Jan.-Jun. 1951, p. 112-125.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51

4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

A investigação do passado pré-histórico (*)

Suas tendências no espaço e no tempo

PELO PROF. DR. ERNST WAHLE
Catedrático de Pré-história da Universidade
de Heidelberg (Alemanha)

Em Janeiro de 1947, realizou-se em Nairobi, cidade de grande futuro do interior da África Oriental, o I Congresso Pan-africano de Pré-história. Já anteriormente, em 1932, tivera lugar uma reunião análoga na Ásia Oriental — o I Congresso de Pré-história do Extremo Oriente, levado a efeito em Hanoi. Estes dois Congressos mostram-nos como, fora da Europa, a investigação arqueológica começou a desenvolver-se pelos seus próprios meios de acção. A partir de 1870, pouco mais ou menos, os

(*) Este artigo do Professor alemão Sr. Dr. Ernst Wahle, Catedrático de Pré-história da Universidade de Heidelberg, cuja versão portuguesa aqui inserimos, foi expressamente escrito para a nossa Revista, e desenvolve um tema já tratado com maior extensão noutros trabalhos do ilustre cientista, como «Geschichte der prähistorischen Forschung», publicado na Revista suíça *Anthropos*, de Etnologia e Linguística (vols. 45 e 46 de 1950-51), e «Studien zur Geschichte der prähistorischen Forschung» (1950), volume editado pela Academia das Ciências de Heidelberg (Classe de Filosofia e História).

Devido a conveniências de mero carácter tipográfico, não nos foi possível inserir este artigo no lugar que lhe estava destinado, que era o da abertura do presente fascículo da nossa Revista.

(Nota da Redacção)

cientistas europeus deram-se ao cuidado de procurarem aumentar e catalogar o material pré-histórico procedente da Ásia Menor e do Norte de África; e desde 1887 que o sueco O. Montelius incluía nos seus estudos comparados os túmulos megalíticos e a Idade do Bronze no Oriente. Este investigador dominava inteiramente não só os problemas norte-africanos como os relativos à Índia. Os seus trabalhos encontraram adeptos tanto na Grã-Bretanha como na França e na Holanda, relativamente às possessões asiáticas destas potências, sendo também, nessa altura, iniciadas escavações na Sibéria e na China. Quer em resultado de todas estas explorações, quer devido à actividade arqueológica que, após a primeira guerra mundial, começou a desenvolver-se na África, a sul do Sara, começaram a aparecer materiais arqueológicos que diferiam muito dos da Europa. Deste modo, em breve se verificou que as sistematizações adoptadas para a Europa só muito condicionalmente podiam ajustar-se às novas áreas de investigação. Impôs-se, portanto, a necessidade de dar uma coordenação especial aos materiais provenientes destas regiões, e, partindo desse trabalho, procurar seguidamente definir as suas prováveis ligações com outros meios onde a investigação arqueológica já era praticada há mais tempo. A estes factos se deve, sobretudo, o grau de independência que a Pré-história adquiriu naquelas novas zonas de pesquisa.

Por outro lado, é evidente que não pode reconstituir-se a mais remota história de qualquer parte do mundo antigo, sem o conhecimento dos factos essenciais sucedidos nas restantes zonas influenciadas pela sua actividade. E, apesar da Americanística já de há muito conjugar as investigações de carácter etnográfico com as arqueológicas, é digno de nota o facto de tais estudos se haverem conservado à margem das tendências científicas para o estabelecimento de uma «História mundial dos tempos primitivos do Homem». A evolução da América pré-colombina atingiu o seu ponto culminante com a formação de estados de características particulares; e ainda que a influência da Ásia na Pré-história desta parte do mundo tivesse sido maior do que geralmente hoje

se julga, subsiste o facto de o desenvolvimento da Cultura americana não ter dado impulso algum ao velho mundo. O último objectivo da Pré-história reveste uma feição histórica de carácter universal, que se verifica na investigação dos variadíssimos e remotos elementos das « cidades-estados », civilização esta que teve o seu começo na Mesopotâmia, por volta do 4.º milénio a. C. Na solução de um tal problema não interveio o Continente americano, que recebeu da Ásia, talvez no último período interglaciário, o Homem já completamente formado. Nestas condições, justifica-se perfeitamente que O. Menghin, na sua *Weltgeschichte der Steinzeit* (1931), se tivesse limitado às esferas da Eurásia e da África; essa obra conclui, de harmonia com o ponto de vista acima exposto, com a análise das « culturas de cidade », do Oriente, caracterizadas por achados da última fase do período neolítico. Mas este autor procurou especialmente tirar partido, no sentido universalista indicado, do conjunto de fenómenos arqueológicos relativos àquelas três partes do globo, desde os tempos do *Homo heidelbergensis* e do *Sinanthropus pekinensis*.

A Arqueologia pré-histórica, consagrada a este problema, é um fruto da ciência ocidental. O começo desta ciência pode situar-se nos estudos de antiguidades, publicados pelo augsburguês C. Peutingger, pelo inglês W. Camden, e por outros humanistas; estes já eventualmente haviam procedido a escavações e dado ordenação, dentro de um quadro histórico, às suas observações arqueológicas. Mas os progressos decisivos só foram alcançados por volta do ano de 1800, começando a desenvolver-se, desde cerca de 1860, um método apropriado. Nesta evolução, que vem entroncar no estado actual da Pré-história, participaram, de maneira muito diferente, os diversos países europeus. E, por consequência, também este problema (que, auxiliado pelos meios arqueológicos, se ocupa do estudo da história da Humanidade anterior às mais antigas fontes escritas) foi encarado, nos últimos 150 anos, de formas muito variadas, pelas diversas correntes da vida espiritual europeia. Estas diferentes concepções dos tempos

primitivos subsistem ainda hoje simultaneamente, pelo menos em parte. Por esta razão, o âmbito da actividade arqueológica e a valorização do material que ela fornece são, por vezes, muito desiguais, de país para país. No quadro desse conjunto de realizações, torna-se também indispensável estabelecer a distinção entre os países que directamente alcançaram os progressos do método e da crítica das fontes, e aqueles em que os materiais têm sido ordenados e aproveitados segundo métodos estabelecidos noutros países.

Citemos a Península Itálica, por exemplo. Tem esta dado uma opulenta e multiforme quantidade de achados, mas o seu estudo, apesar do concurso de L. Pigorinis, tem sido, na maioria dos casos, levado a efeito por estrangeiros—escandinavos, alemães e ingleses. Além disso, ninguém ali procurou desenvolver, com esses materiais, novos aspectos de interpretação. Os especialistas da geração actual, já amadurecidos nesta ordem de estudos, ainda devem recordar-se muito bem do modesto estado em que se encontrava a investigação pré-histórica nas Ilhas Britânicas, por volta do ano de 1900; mas é certo que mais funda surpresa devem causar à mesma geração os progressos que aquele país conseguiu realizar na investigação pré-histórica, desde então até hoje. Precisamente, tendo presente este segundo exemplo, ocorre inquirir da razão pela qual o desenvolvimento da Pré-história na França se tem apresentado cada vez mais atrasado em relação aos restantes países da Europa. Aquele país deu, há cerca de 100 anos, um valioso contributo para a criação da Arqueologia pré-histórica; contudo, não se verificou ali, a partir dessa data, uma continuidade no desenvolvimento desta ordem de estudos. Desde Boucher de Perthes que os representantes da Pré-história francesa se têm mantido sempre isolados, no espaço e no tempo. O próprio E. Cartailhac, a quem foi dado exercer uma notável acção literária, e que, através do seu livro, ainda hoje de proveitosa leitura, *Les Ages préhistoriques de l'Espagne et du Portugal* (1886), ultrapassou as fronteiras da França, não conseguiu criar «escola». Outro exemplo, que

nos revela um conceito muito particular da Pré-história, se pode apontar na Escandinávia: a Arqueologia nacional, criada ali em começos do século XIX, foi considerada como fazendo parte integrante da História do país, e, desde então, esta atitude intrínseca, em face dos achados arqueológicos, não sofreu modificação alguma. Completamente diferente é o que se tem passado nos países de língua alemã, designadamente na própria Alemanha; aqui, o estudo da Pré-história, apesar de não ser mais antigo do que nos países escandinavos, tem sofrido maior influência das diversas correntes espirituais do que qualquer outro país, motivo pelo qual a sua evolução não se tem limitado a uma directriz única, mas seguido diversos rumos.

A Arqueologia pré-histórica nasceu no sul da Escandinávia e norte da Alemanha. Com os materiais procedentes destas regiões e da Europa Central, esta ciência desenvolveu os seus métodos, tendo alcançado igualmente, neste esforço, embora em mais limitada escala, a cooperação da França e da Inglaterra. Note-se que a Pré-história, já desde meados do século passado, era considerada uma ciência de sentido universalista e internacionalmente cultivada, abrangendo todas as regiões do globo. A prova disso está patente na realização de sucessivos Congressos internacionais de Pré-história e de Antropologia pré-histórica, o primeiro dos quais teve lugar em Neuenburgo (Suíça), em 1866. A estas reuniões não tem presidido apenas a noção do carácter internacional da Arqueologia pré-histórica, mas ainda a necessidade de se conhecerem os materiais das várias regiões, e de se estabelecer estreito contacto entre os investigadores dos diversos países. Estes pontos de vista têm persistido, continuando assim a facilitar a aproximação dos pré-historiadores, que, em 1932, reuniram de novo em Londres, e em 1936 em Oslo. A mesma orientação se manteve, felizmente, após a segunda guerra mundial: os estudiosos que tomaram parte no recente Congresso de Zurique (Agosto de 1950), onde se revelou não só a excelente posição da investigação suíça, como ainda o verdadeiro espírito de colaboração que anima a ciência ocidental

de hoje, esperam poder continuar a série destas reuniões, tendo já sido marcado para 1954 o próximo Congresso, a realizar em Madrid.

Correspondentes à evolução da Arqueologia pré-histórica, podemos actualmente definir quatro diferentes aspectos da sua actividade, os quais apresentam respectivamente o seu centro de gravidade em determinados países. Começamos pelo Império russo: nunca a investigação manteve ali um íntimo contacto com a Pré-história internacional. A evolução desta ciência segue naquele país um caminho à parte. Os povos da zona florestal russa vivem uma existência periférica, e a sua influência no desenvolvimento das regiões que lhe ficam situadas a sul é quase nula. Por outro lado, as populações adaptadas à estepe furtam-se em grande escala a uma análise arqueológica particular. Deste modo não é possível na Rússia chegar a sólidos e metódicos conceitos fundamentais, nem tão pouco a desenvolver um trabalho regular que abranja os tempos primitivos de todo o território nacional. Nunca, por outro lado, a Pré-história russa manifestou a curiosidade de conhecer melhor as zonas não russas mais próximas. Em contrapartida, a investigação internacional tem revelado sempre um especial interesse pelos materiais procedentes da Rússia e da Sibéria, dada a evidente importância destes. Verificou-se um tal interesse, por exemplo, quando se procurou fazer o estudo dos povos de cavaleiros nómadas, que se expandiram na direcção do Ocidente. Mas podem citar-se outros casos. Já, por exemplo, em 1874 o finlandês J. R. Aspelin, formado na escola pré-histórica sueca, conseguiu estabelecer o esquema da Cultura uralo-altaica da Idade do Bronze; e anteriormente, em 1869, o Director do Museu Nacional de Copenhague, J. J. A. Worsaae, assistindo ao I Congresso Arqueológico Russo realizado em Moscovo, trouxe de lá tão vincadas impressões que, num trabalho de vulto, lhe foi possível apresentar um estudo comparativo entre as civilizações primitivas dos territórios russos e escandinavos.

As três restantes modalidades da investigação pré-histórica reflectem as diferentes fases do desen-

volvimento experimentado por esta ciência. Nascida em plena época do Romantismo, nos começos do século XIX, encontrou-se desde logo em face do problema consistente em aproveitar para a História Nacional os materiais arqueológicos que o passado nos vai legando. Começaram então a surgir, nos países de língua alemã, as associações de História e de Antiguidades, desenhando-se uma tendência análoga na Normandia e em certas regiões da Inglaterra. Esse movimento tornou-se muito pronunciado na Escandinávia, onde teve como base espiritual a chamada «Renascença nórdica». Na Dinamarca, desde 1836 que os *Anuários* da Real Sociedade de Antiguidades dão notícia e defendem os interesses de todas as antiguidades do país, tanto das relativas aos tempos históricos como das pré-históricas; sucessivas gerações de cientistas têm continuado esta publicação, ainda hoje existente. A mesma orientação foi seguida na Suécia, apesar de esse movimento haver começado ali um pouco mais tarde. Também na Noruega os tempos pré-históricos são considerados, desde há muito, como o primeiro capítulo da História nacional, que, através dos Vikings, da Idade Média, etc., chega até a actualidade. Esse país, ainda em tempos históricos tardios, mantinha o uso dos calendários rúnicos, e muitos dos seus camponeses vivem, presentemente, ainda em condições primitivas. Por isso mesmo, mais do que em qualquer outra parte, é possível aos habitantes dessas regiões sentirem-se como que os continuadores de um remoto passado. Nem a migração de povos, nem a inclusão temporária do território no Império Romano conseguiram interromper essa tradição, que julga possível estabelecer-se uma linha ininterrupta desde a actualidade até a época neolítica. Sob este conceito, os tempos históricos e pré-históricos constituem ali uma unidade, e através de um tal critério têm sido sempre encarados. Nesta concepção da Pré-história não influíu o século das Ciências Naturais, convertendo-a numa ciência de âmbito mundial, estabelecendo a duração geológica dos tempos primitivos e relacionando-os com o problema da evolução das Culturas humanas; na Escandinávia, apenas se utilizam estes dados na

medida em que eles são úteis ao desenvolvimento da crítica das fontes e à sistematização dos assuntos. É certo, porém, que o método tipológico nos oferece uma base especialmente segura para a determinação da cronologia relativa dos achados; e, além disso, por um processo semelhante ao dos métodos aplicados nas Ciências Naturais, também, de um modo imediato, se consegue obter um apreciável depoimento histórico dos mais insignificantes materiais, bem como de aspectos que, de momento, julgávamos sem importância. Mas a investigação nos países nórdicos limita-se, como dissemos, à realização do seu desideratum imediato, qual seja o de integrar a Pré-história na História da Nação.

Totalmente diverso é o que se passa no sul e ocidente da Europa, e muito em especial na Alemanha, onde a doutrina da evolução se estendeu também à Pré-história, determinando os seus futuros objectivos. Neste país, a Pré-história, juntamente com a Antropologia como ciência da morfologia humana, e com a Etnologia, deu origem à criação de uma outra Antropologia, abrangendo um critério mais amplo: é-lhe confiada a missão de reconstituir o progresso humano, tanto do ponto de vista material como espiritual, desde as mais remotas origens até o começo da tradição escrita. A primeira Sociedade de Antropologia foi fundada em Paris, em 1859, onde, a partir de 1864, começou a publicar-se uma Revista, cujo título traduz a finalidade da nova concepção da Pré-história — *Matériaux pour l'histoire primitive et naturelle de l'homme*. Este movimento estendeu-se aos Estados Unidos e à América latina, onde ainda hoje está representado, embora desenvolvendo uma actividade atenuada. As Sociedades de Antropologia, Etnologia e Pré-história, que em 1921 e 1923 foram fundadas respectivamente em Madrid e Barcelona, já não apresentam, naturalmente, como finalidade especial solucionar estes problemas segundo as doutrinas da evolução, ao estilo da época das Ciências Naturais, mas mostram pelo menos, sob um ponto de vista objectivo, quão estreitamente unidos se encontram os campos de investigação daquelas três ciências acima referidas. Na Alemanha, a Antro-

pologia teve, logo de início, especial aceitação, publicando-se ali, desde 1866, o *Archiv für Anthropologie*. Mesmo em pequenas cidades, os interessados nesta ciência mantinham numerosas delegações da Sociedade Alemã de Antropologia. E tal foi a afluência a esses institutos que, nas próprias sociedades de carácter histórico algumas delas existentes há várias décadas, se verificou a transferência dos seus membros activos para as novas associações.

De começo, a finalidade daquelas colectividades de História e de Antiguidades era também a de estudar a Pré-história considerada como primeiro capítulo da História do país, e ao mesmo tempo reconstituir a História da Nação. Mas, posteriormente, sob a influência das Ciências Naturais, applicou-se o princípio da evolução gradual dos organismos aos documentos materiais da actividade humana. Do primitivismo material e da barbárie espiritual, ascendeu o Homem ao estado de perfeição que julgávamos dever attribuir aos tempos presentes. Já em 1860 o francês Cochet estabelecera um paralelismo entre os diversos e successivos agrupamentos de tipos cerâmicos e as conchas fósseis dos geólogos; relativamente a tempos posteriores, tal comparação applicou-se de preferência à fibula, objecto de uso comum transformado em peça de adorno, que, no decurso de seu emprego durante séculos, sofreu várias transformações, tornando-se por isso especialmente apta para a determinação da antiguidade do nível stratigráfico onde aparece. E, assim como o esqueleto de um sáurio é considerado o resultado de uma evolução, na qual ele marca o último estádio e, ao mesmo tempo, o primeiro de uma configuração posterior de harmonia com determinadas leis biológicas, também um fenómeno semelhante se deveria passar com a nossa herança de Cultura, vinda dos tempos pré-históricos: A questão da actividade individual do Homem, como autor dos instrumentos materiais, é relegada para um plano secundário. O que interessa é o conhecimento da continuidade de uma evolução, perfeitamente regular e definida, não apenas verificada nesses instrumentos materiais e na vida económica, mas também no estado associativo e na vida espiritual.

O carácter materialista deste conceito encontra-se claramente definido em numerosos livros de natureza descritiva, que, desde o começo de 1860, têm sido publicados. Ao lado da «História natural da criação», que actualmente a Biologia tende a ultrapassar, surgiu uma «História da Cultura na sua evolução natural». Esta «História darwinística da Cultura», como também se designa, é uma criação dos anglo-saxões, a qual encontrou em França e na Alemanha novos defensores. Paralelamente à ideia de «extrema barbárie», como estado primário do Homem, mantinha-se o quadro histórico da Bíblia, definido por um paraíso terreal e um monoteísmo primitivo. Cerca do final da século, declinam manifestamente estes conceitos, de modo que as novas ideias aparecem então já dominadas por um sóbrio positivismo. Nessa data, contudo, esta evolução científica havia ultrapassado o seu ponto culminante, e, embora as grandes organizações continuassem a subsistir, as delegações da Sociedade Alemã de Antropologia foram suspendendo, uma após outra, a sua acção.

Esta diminuição gradual de actividade não deve atribuir-se apenas ao facto de as próprias Ciências Naturais revestirem, a pouco e pouco, outros aspectos. Sendo certo que, especialmente na Europa Central, o debate dos problemas de carácter histórico foi, durante algumas décadas, eclipsado pelas questões antropológicas, nunca, porém, o problema histórico foi inteiramente posto à margem. Além disso, cerca também do fim do século, a Etnografia histórica começou a interessar-se pelos esclarecimentos que a Pré-história lhe podia fornecer.

De igual modo, a Filologia se tem esforçado por utilizar essa colaboração. Pelos seus próprios meios, esta ciência pôs em destaque um povo primitivo indo-europeu, de nível cultural neolítico, que aliás necessitou de conhecer mais perfeitamente mediante o testemunho dos achados arqueológicos. Actualmente, procura-se relacionar cada vez mais as regiões arqueológicas com as unidades étnicas que lhe correspondem. Dentro de um certo ambiente, tentou G. Kossinna localizar a pátria destes indo-europeus, tomando como

base os achados arqueológicos e a expansão progressiva do povoamento germânico. Por este processo de relacionamento entre povos históricos e as regiões onde se verificavam os achados, tirava-se a esses mesmos achados a « falta de personalidade », segundo a própria expressão daquele autor. Actuando assim, de início em zonas limitadas, conseguiu a Pré-história ir estabelecendo gradualmente um mais íntimo contacto com as ciências históricas. Mas, deste modo, a actividade individual do Homem deixou de oferecer interesse. O que importa são as forças criadoras, considerando-se a tipologia dos achados como um simples instrumento que não conduz ao conhecimento das forças dinâmicas. A Pré-história libertou-se, deste modo, da sua dependência das Ciências Naturais, cuja finalidade andava apenas subordinada ao estabelecimento de leis determinadas.

Esta nova modalidade de interpretação arqueológica não partiu por mero acaso da Europa Central. Neste círculo de Cultura, a Pré-história enfrenta o problema de discernir o que é germânico do que é céltico, o ilírio do que é eslavo. É esta uma das partes da Europa onde as fronteiras dos povos têm sofrido mais alterações, sendo considerada, além de uma zona de migrações históricas, o ponto de partida da expansão céltica, que as antecedeu. Contudo a Pré-história escandinava tem igualmente contribuído para esta ordem de investigações com novos impulsos, ao estudar, cada vez com maior clareza, o contraste entre os seus povos megalíticos, dos tempos da pedra polida, e os habitantes dos povoados primitivos (*Wohnplatzbevölkerung*), parte dos quais da mesma época. Em muitos centros, tanto da Escandinávia como da Alemanha, procura-se esclarecer estas relações causais entre os diversos elementos da Civilização. Por meio de todos estes dados vai-se desbravando o caminho de ligação entre os tempos pré-históricos e a narrativa histórica. A partir do final do século passado, tanto no campo de uma História universal, como em limites mais restritos, foram os tempos pré-históricos considerados como o primeiro capítulo da História; e, conforme a posição ocupada por cada

autor, assim as forças vitais que actuaram nos tempos pré-históricos, bem como os períodos da sua formação, se apresentam com maior ou menor destaque.

Ao número dos pioneiros destes novos conceitos pertence o dinamarquês S. Müller, que opôs sempre uma grande reserva ao método tipológico «clássico», de O. Montelius. A sua obra *Nordische Altertumskunde* (1897-98) deu forma a um estilo de interpretação pré-histórica inteiramente novo, visando o reconhecimento de uma evolução devida ao Homem, e determinada pelo seu pensamento. A *Kulturgeschichte des norwegischen Altertums*, um livro de A. W. Brogger (1926), faz realçar o valor dos achados segundo a sua força de expressão histórica, relegando para um plano secundário a tipologia rígida. Intuito idêntico apresenta a obra *Deutsche Vorzeit*, de E. Wahle (1932), já anteriormente manifestado na sua *Vorgeschichte des deutschen Volkes* (1924). O livro do inglês V. G. Childe, *Pre-historic Communities of the British Isles* (1940, 3.^a ed. 1949), mostra bem como esta tendência para a localização histórica dos materiais achados ganha terreno. Também L. Pericot Garcia, em *La España primitiva* (1950), apresenta os assuntos ordenados sem a preocupação de obedecer, pelo menos em parte, ao esquema clássico da evolução — Idade da Pedra, do Bronze e do Ferro.

Conquanto estas doutrinas se encontrem ainda em plena formação, podendo admitir-se que elas estão apenas na primeira fase do seu desenvolvimento, a investigação pré-histórica entra num novo período, ao iniciar uma mais estreita colaboração com a Etnografia comparada. Por um lado, insiste essa investigação em demonstrar que a sua dependência do critério das leis naturais deve ser posta de parte, atendendo ao facto evidente de que os fenómenos de ordem histórica são de natureza singular; por outro lado, encontra-se já hoje estabelecido o contacto da Etnologia com a Pré-história, o que, pelo menos, confirma o carácter histórico desta, sendo portanto perfeitamente admissível que uma tal aproximação conduza a novas formas de trabalho no campo pré-histórico.

Pelos fins do século, estava a Etnologia comparada especialmente absorvida em coligir os seus materiais, que, em consequência da europeização do mundo, desapareciam rapidamente em muitos lugares. Dessa tentativa de agrupamento segundo determinada evolução, resultou a «doutrina do círculo de cultura» (Kulturkreislehre). O debate a que esta deu lugar, nomeadamente na Alemanha, acerca do seu valor e utilidade, contribuiu por um lado para destronar o sistema de P. W. Schmidt (S. V. D.) e a sua «escola de Viena», a qual fazia derivar de um monoteísmo primitivo e de uma cultura arcaica, que ainda hoje se encontra representada entre o povo dos pigmeus, determinadas tendências, formas e graus de civilização. Um ponto de vista muito diferente apresentaram os etnólogos de orientação predominantemente sociológica, como R. Thurnwald e W. Mühlmann. Todavia, como factor comum a todas estas teorias e a outras que se lhe juntaram, ressalta a ligação da Pré-história com a Etnologia, que já algumas décadas antes se procurara, em vão, atingir. Os trabalhos de P. W. Koppers, por exemplo, sobre o problema indo-europeu, aparecem já orientados no sentido arqueológico e etnológico, simultaneamente.

A característica especial desta nova concepção do problema etnológico reside no abandono da noção rígida de «povo», assim como das tendências para descobrirmos nele verdadeiros fenómenos vitais. A esta evolução corresponde exactamente uma evolução idêntica no campo da Pré-história. Não foi por simples casualidade que, paralelamente, a Antropologia seguiu também uma nova directriz, em sentido idêntico ao da Etnologia e da Pré-história. Pelo que lhe diz respeito, ainda em fins do século passado o seu trabalho se limitava à medição dos corpos e dos esqueletos; e, em muitos casos, esta Antropometria nem sequer passava da Crâneometria. Mas, desde então, começou-se a utilizar e a tirar partido da doutrina da hereditariedade. O livro *Grundzüge der Völkerbiologie*, de Ilse Schwidetzky (1950), considera o povo também sob o ponto de vista biológico, como sendo uma comunidade viva, perma-

nentemente apta para a evolução, e evoluindo na realidade. Por sua vez, este conceito contribuiu igualmente para nos libertarmos das ideias de uma época em que apenas se atendia à sucessão tipológica. Evidentemente que, no novo campo, há que entrar em consideração com as leis da hereditariedade, mas o esquema da evolução, que presidia também a este trabalho, foi substituído pela ideia da complexidade e singularidade de todas as combinações.

Como no início do nosso artigo fizemos notar, praticam-se hoje explorações arqueológicas em toda a parte do mundo. Os materiais achados permitem obter uma cronologia segura, e, apesar da sua insuficiência para nos reconstituírem as civilizações passadas, revelam-nos as forças criadoras da vida primitiva. Através da Etnologia, tomamos conhecimento das diversas formas de Cultura, largamente desenvolvidas, evoluindo umas ao lado das outras. Pela análise, a que esta ciência se entrega, das condições sociais e da mentalidade dos « primitivos », consegue ela preencher uma das lacunas da Pré-história, enquanto que esta última, por sua vez, dá também a conhecer à Etnologia a sequência no tempo e o grau histórico das civilizações. Assim se completam uma à outra, de um modo feliz, estas duas fontes do conhecimento humano. E, como o seu estudo tende actualmente para um maior contacto de mútuas relações, é de prever que, durante as próximas décadas, a Pré-história venha a ser orientada etnologicamente, e, de um modo semelhante, no decurso desse mesmo período, a Etnologia venha a ser conduzida pelos conceitos da Pré-história.